

Plano para dívida divide governadores

Pública

Brasília — José Varella

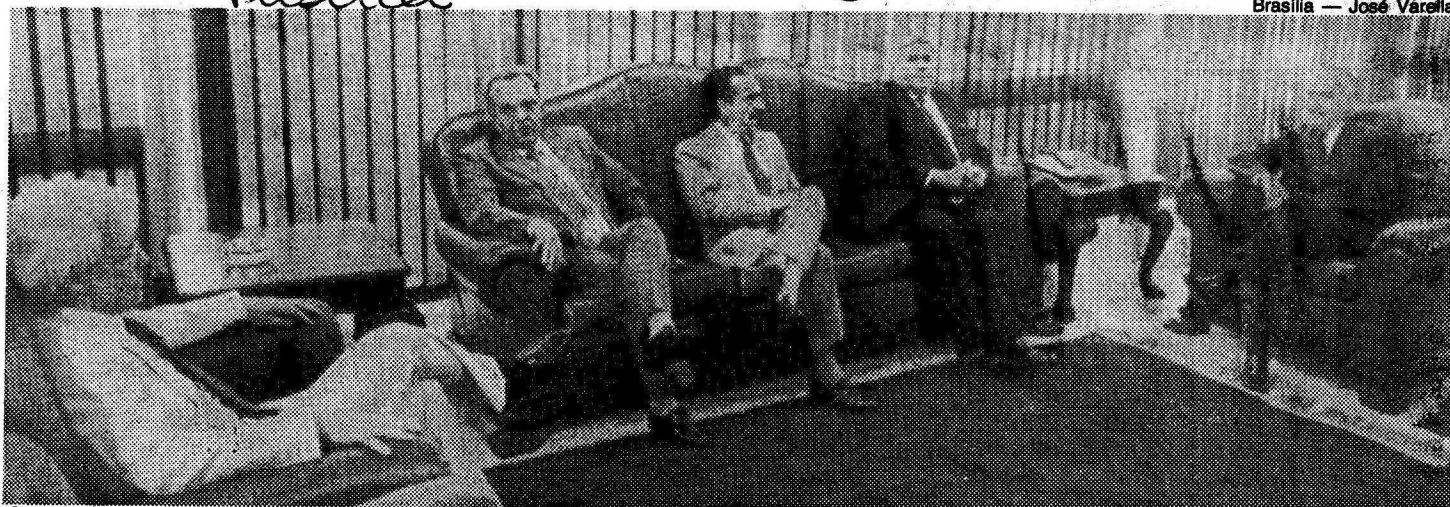
BRASÍLIA — O tratamento diferenciado para a dívida dos estados, proposto pelo governo federal, por pouco não promoveu a cisão na reunião dos governadores do PMDB com o presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, realizada ontem na casa oficial da presidência da Câmara, na península dos ministros. Dezoito governadores dos vinte ainda filiados ao partido — recentemente se desligaram da legenda os governadores Fernando Collor (AL) e Amazonino Mendes (AM) — compareceram para o encontro, divergindo no grau de aceitação da proposta. A simpatia revelada pelos governadores do Nordeste contrastou com a irritabilidade dos governadores dos estados mais endividados.

Dos US\$ 11 bilhões 600 milhões de dívidas externas dos estados, contratadas com o aval da União, 43,5% cabem ao estado de São Paulo (US\$ 5 bilhões 61 milhões) e 14,4% do Rio de Janeiro (US\$ 1 bilhão 673 milhões). Mantida a proposta do governo, o Tesouro paulista deveria desembolsar 30% de sua receita tributária apenas para pagar a dívida, desconsiderando até mesmo o comprometimento de 82% destes recursos com o pagamento do funcionalismo público (o pagamento previsto é de US\$ 1 bilhão 135 milhões). Moreira Franco previu a total insolvência do Rio, caso a proposta prevalecesse (pagamento previsto de US\$ 288,4 milhões).

O governador do Maranhão, Epitácio Cafeteira, amigo pessoal do presidente Sarney, foi o único a demonstrar um entusiasmo incontido com a proposta do governo. "O governo adotou o princípio do efeito cascata do Imposto de Renda. Quem tem mais paga mais, e quem tem menos paga menos. Sendo que faixa isenta de pagamento (US\$ 300 milhões) prevalece para todo mundo", afirmou Cafeteira, ressaltando que o presidente "deve fazer valer sua autoridade". Devendo US\$ 289 milhões, o Maranhão nada pagaria, portanto, no próximo ano.

Os governadores demonstraram maior ou menor simpatia pela proposta do Planalto, conforme o nível do endividamento de seus estados. Entre a maioria, prevaleceu porém a tese da coesão do grupo.

Maranhão — Epitácio Cafeteira: "A proposta não é divisionista. Ela segue o



Sarney com governadores: cobrança de apoio e críticas ao tratamento hostil marcaram o encontro

espírito do Imposto de Renda. Quem é mais rico e tem mais dívidas, paga mais."

Paraná — Álvaro Dias: "A proposta é um avanço porque faz justiça aos que devem menos, mas devemos aprimorá-la para que se chegue a uma solução mais próxima do que desejamos." (Dívida de US\$ 545,4 milhões/pagamento de US\$ 29 milhões).

Goiás — Henrique Santillo: "A proposta é boa, mas o ideal seria um pagamento feito na mesma proporção por todos os estados." (Dívida de US\$ 280,7 milhões/nada a pagar).

Pernambuco — Miguel Arraes: "Poderíamos até examinar a situação de cada estado, mas a adoção de um critério geral tem a vantagem de evitar a perspectiva de confronto entre alguns estados e a União." (Dívida de US\$ 209,6 milhões/nada a pagar).

Santa Catarina — Pedro Ivo: "É uma proposta de acomodação numa situação que parece caminhar para o impasse. Se ela for aprovada, nós de Santa Catarina estaremos satisfeitos." (Dívida de US\$ 331,3 milhões/pagamento de US\$ 3,1 milhões).

Bahia — Waldir Pires: "O governo federal adotou uma solução escamoteadora, autoritária, sem discussão. Qualquer decisão deve surgir do diálogo e não da divisão dos governadores. Vamos acabar com este jogo de sabidos." (Dívida de US\$ 394 milhões/pagamento de US\$ 9,4 milhões).

Rio — Moreira Franco: "A proposta é

inaceitável. O governo insiste em rolar integralmente a dívida das estatais enquanto cobra a dívida dos estados e dos municípios. Diantedessa contradição não há possibilidade de negociar."

São Paulo — Orestes Quércia: "Esta proposta é extremamente discriminatória em relação a São Paulo. Ela compromete 30% de nossa receita tributária, que já tem 82% destinada ao pagamento do funcionalismo. A sugestão não é séria e foi feita para dividir os governadores."

Ceará — Tasso Jereissati: "Para a maior parte dos estados a proposta é boa, mas não é hora de divisionismo. Podemos aceitar parte que nos interessa, condicionando porém este compromisso a um acerto à parte com os grandes estados." (Dívida de US\$ 81,2 milhões/nada a pagar).

Minas Gerais — Newton Cardoso: "Não interessa a Minas Gerais que São Paulo fique em dificuldades. Queremos uma solução consensual. Vamos insistir em pagar apenas 10% da dívida, assim mesmo porque as estatais têm dois terços dela e não estão pagando nada." (Dívida de US\$ 718,1 milhões/pagamento de US\$ 63,6 milhões).

Participaram ainda do encontro os governadores Pedro Simon (RS), Marcelo Miranda (MS), Max Mauro (ES), Henrique Santillo (GO), Geraldo Mello (RN), Alberto Silva (PI), Jerônimo Santana (RO), Flaviano Mello (AC). Deixaram de comparecer: Hélio Gueiros (PA) e Tarcísio Buriti (PB).